

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS RELEVANTES

Quanto à Qualificação Técnica-Profissional e Operacional das empresas licitantes da obra de **Reforma da U.E. Cel. Agostinho Valente - Município de Canto do Buriti-PI**, a análise dessa qualificação será avaliada por meio de certidões de acervo técnico comprovadas por meio e atestados de capacidade técnica. O Acórdão 1512/2009 Plenário delimita que

"(...) na contratação de obras e serviços contemplados com recursos federais, o disposto na Lei nº 8.666/1993 e na jurisprudência do TCU, especialmente quanto à possibilidade de comprovação: da existência de profissional técnico capacitado e habilitado no quadro permanente da empresa licitante, mediante apresentação de mais de um atestado de responsabilidade técnica sobre **obras e serviços que, somados, correspondam ou se assemelhem às características do objeto licitado**, e mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum; **de capacitação técnica operacional da empresa, mediante apresentação de mais de um atestado ou contrato para o somatório dos serviços neles consignados**; do visto do conselho regional com jurisdição no local da obra (art. 69 da Lei Nº 5.194/1966) apenas pela empresa vencedora do certame, quando de sua contratação." (grifos nossos)

Ainda a respeito da comprovação de capacitação técnica, esta deverá ser "proveniente de obras diferentes daquela licitadas, passando a ter como critério a semelhança entre os serviços a serem comprovados, e não as obras em que foram executados." ¹; bem como deverão ser considerados serviços de características técnicas similares às do objeto licitado, que fica limitado na forma do inciso I, §1º, do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

Para tanto, ao se analisar a curva ABC o objeto de licitação, viu-se os itens de maior representatividade e aqueles que possuem maior complexidade de execução. Haja visto que:

"A Lei é clara ao estabelecer que os requisitos de 'relevância' e 'maior valor significativo das parcelas' devem ser atendidos cumulativamente. Quanto ao primeiro, está-se diante de maior margem de discricionariedade à disposição do gestor em comparação com o segundo, de fácil averiguação. Todavia, não se pode descartar a possibilidade de o administrador deparar-se com **avaliação subjetiva, em razão da natureza do objeto e de outras circunstâncias intrínsecas à obra que se pretenda licitar**. Assim, surge a possibilidade de **considerar determinado item relevante, não obstante seja de baixa representatividade, em termos financeiros, no contexto do valor global**.

(...)

Certo é que, via de regra, itens de maior relevância figuram no orçamento da obra com considerável peso. (...) **Não obstante, casos atípicos que fogem à regra geral podem justificar a apresentação de atestados de qualificação técnico-profissional para itens relevantes - embora não figurem necessariamente dentre os mais**

¹ Acórdão 1502/2009 Plenário.

significativos no orçamento final da obra -, desde que tomados à luz do interesse público e dos princípios da administração pública, em particular os da eficiência, economicidade e razoabilidade.”² (grifos nossos)

Portanto, a lei atribui ao gestor público a prerrogativa de escolha de critérios que melhor se adequem às características do objeto, desde que sejam observados os parâmetros por ela fixados, bem assim os princípios relativos às licitações, sempre almejando a proposta mais vantajosa para a Administração.

Para tanto, adotou-se como itens de referência para análise das Certidões de Acervo Técnico os itens mais relevantes e os mais complexos, que exigem qualificação técnico-profissional maior, tendo em vista o tipo de obra e o vulto desta. Foi selecionado então o seguinte parâmetro: **pintura**. As exigências de habilitação técnica das licitantes serão observadas em consonância com os critérios estabelecidos no art.30 da Lei nº 8.666/1993.



Gustavo Cavalcanti Carvalho
Eng. Civil
CREA. 0600968085

Gustavo Cavalcanti Carvalho

Engenheiro Civil – G C Carvalho engenharia e Construções Ltda
CREA RN 060096806-5

²Acórdão 2170/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

DECLARAÇÃO DE USO DE SOFTWARE PARA GERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Declaramos, no tocante ao projeto de **Reforma e ampliação da U.E. Cel. Agostinho Valente - Município de Canto do Buriti-PI**, que, devido à integração da modelagem BIM 5D com estimativa de quantitativos, não é possível extrair documentalmente memória de cálculo. Esta é passível de aferição a respeito da orçamentação através da utilização de software compatível, que fornece maior precisão na quantificação dos itens projetados.


Gustavo Cavalcanti Carvalho
Eng. Civil
CREA. 0600968085

Gustavo Cavalcanti Carvalho
Engenheiro Civil – G C Carvalho engenharia e Construções Ltda
CREA RN 060096806-5

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO ORÇAMENTO DA OBRA COM QUANTITATIVOS E CUSTOS SINAPI

Declaro sob as penas da Lei, e para os fins que se fizerem necessários, que existe compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes no orçamento analítico, sintético e cronograma físico-financeiro com os quantitativos do projeto de arquitetura e complementares de engenharia entre si e com o a tabela de referência SINAPI-PI março/2021, conforme prescreve o Decreto Federal nº 7.983 de 8 de abril de 2013, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº **1920210026918**.

A declaração acima faz referencia a seguinte obra: **Reforma e ampliação da U.E. Cel. Agostinho Valente - Município de Canto do Buriti-PI.**

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.


Gustavo Cavalcanti Carvalho
Eng. Civil
CREA. 0600968065

Gustavo Cavalcanti Carvalho
Engenheiro Civil – G C Carvalho engenharia e Construções Ltda
CREA RN 060096806-5

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO EM BIM PELA CONTRATADA

Conforme Art. 8º, § 7º, da Lei do RDC, “É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado”.

Por outro lado, o art. 36, § 2º, dispõe que “O disposto no caput deste artigo não impede, nas licitações para a contratação de obras ou serviços, a previsão de que a elaboração de projeto executivo constitua encargo do contratado, consoante preço previamente fixado pela administração pública”.

O projeto executivo tem como principal escopo a continuação e detalhamento do projeto básico, em determinadas etapas em que haja a necessidade de particularizar e trazer nível máximo de detalhamento, favorecendo a execução adequada e mantendo-se a compatibilidade com as demais etapas do projeto, de modo que não haja alteração significativa nos quantitativos dos serviços relevantes.

Desta forma, tendo sido o projeto básico para a execução da obra objeto desta licitação elaborado pela Contratante, visando o atendimento ao exposto acima, os projetos executivos das seguintes etapas deverão ser desenvolvidos pela Contratada:

1. **Projeto Estrutural em BIM**, no qual constará no mínimo detalhamento de estruturas e tipo de fundação mais adequado à obra, por meio de sondagens do solo e laudo das mesmas;
2. **Projeto arquitetônico revisado em BIM**, no qual constará detalhamentos e projeto de acessibilidade adequado à topografia do local;
3. **Projeto Elétrico em BIM**, no qual constará, no mínimo: Projeto executivo para detalhamento das instalações elétrica da edificação, bem como de subestação, devidamente aprovados pela Concessionária. Todos os projetos deverão ter indicação de detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos, se necessários à compreensão da execução da obra. Todas as pranchas do projeto deverão contemplar legenda com os símbolos e as abreviações adotados, além de isométricos e/ou vistas com a representação dos trajetos e comandos, informando todas as peças e as dimensões necessárias. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas e a legislação vigente. O projeto deverá ainda apresentar: memória de cálculo, memorial descritivo, lista de materiais completa e especificações técnicas necessárias para a contratação e a execução da obra;

4. **Projeto de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) em BIM**, no qual constará, no mínimo: Projeto executivo para detalhamento dos dispositivos de proteção contra descargas atmosféricas diretas da edificação incluindo: planta baixa das edificações (escola e quadra) com detalhamento do sistema de proteção, localização e detalhamento das hastes de aterramento, das caixas de inspeção, das descidas embutidas nas paredes, detalhes de fixação na cobertura das edificações, todas as pranchas deverão contemplar legenda com os símbolos e abreviações adotados. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas e a legislação vigente. O projeto deverá ainda apresentar: memorial descritivo, memorial de cálculo e lista de materiais completa e especificações técnicas necessárias para a contratação e a execução do sistema;
5. **Projeto de Combate a Incêndio em BIM**, no qual constará, no mínimo: Projeto executivo para detalhamento dos dispositivos de segurança e combate a incêndio incluindo: planta de emergência (que informa os equipamentos de combate a incêndio e suas quantidades necessárias, e procedimentos de evacuação), instalações de GLP, saídas e iluminação de emergência, detalhamento dos sistemas de combate a incêndio, das dimensões e instalação das placas de sinalização de emergência, instalação e sinalização de extintores, hidrantes, alarmes, luminárias e casa de bombas, todas as pranchas do projeto deverão contemplar legendas com símbolos e as abreviações adotadas. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas e a legislação vigente. O projeto deverá ainda apresentar: memorial descritivo, memorial de cálculo e lista de materiais completa e especificações técnicas necessárias para a contratação e a execução do sistema.
- 6.



Gustavo Cavalcanti Carvalho
Eng. Civil
CREA. 0600968085

Gustavo Cavalcanti Carvalho

Engenheiro Civil – G C Carvalho engenharia e Construções Ltda
CREA RN 060096806-5